

# **DIVERSIFICAÇÃO: busca da estabilização de populações locais ou de dinamismo econômico?<sup>1</sup>**

Regina Petti<sup>2</sup>

## **1 - INTRODUÇÃO**

Este artigo origina-se de uma reflexão desenvolvida ao longo da execução do projeto “Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional no Estado de São Paulo” (SEADE, 2004) quando se deparou com uma dificuldade na aplicação da metodologia que previa entrevistas com agentes qualificados. Instigados a propor uma divisão regional para o Estado de São Paulo, os entrevistados, de modo geral, consideravam basicamente as dinâmicas setoriais das principais culturas. Mesmo aqueles que valorizaram a abordagem territorial e que utilizaram diversos fatores, ao propor a sua divisão regional, não dispunham de dados para a descrição das respectivas dinâmicas, privilegiando informações referentes às dinâmicas setoriais.

A questão adquiriu especial relevância quando a configuração regional definida no projeto foi determinada basicamente pela dinâmica de culturas agrícolas baseadas na economia de escala e na reduzida utilização de força de trabalho, justamente no Estado do Brasil onde se localizam importantes centros urbanos.

Esses centros urbanos não apenas representam um potencial de consumo, tanto de massa como nichos de mercado, como também são demandadores de políticas sociais de emprego, renda e de formação ética para uma população marginalizada. No entanto, o rural paulista privilegia um modelo baseado na economia de escala, redução de emprego e concentração da terra, sem contar os danos ambientais que não serão abordados neste trabalho. Entre 1995 e 2004 houve, por exemplo, redução do valor da produção dos produtos hortifrutícolas, apesar de gerarem maior valor adicionado e uso de força de trabalho por hectare.

Da mesma forma, as políticas públicas estão dissociadas. De um lado, políticas econômicas para o agronegócio, voltadas para exportação, pensadas dentro de um modelo setorial e poupador de força de trabalho. De outro, políticas de compensação, desvinculadas das políticas setoriais, caras e ineficazes.

Este texto não visa explorar a literatura sobre o tema, apenas apresentar a reflexão gerada ao longo do projeto. A exposição é organizada utilizando-se o texto de Saraceno (1998), assim como reflexões desenvolvidas por Petti<sup>3</sup> (1997).

## **2 - DIVERSIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS**

Um debate significativo tem ocorrido nos últimos 20 anos acerca de outras atividades não agrícolas exercidas pelos moradores e trabalhadores das áreas rurais e outras funções desempenhadas pelos estabelecimentos rurais que não apenas a da produção agropecuária.

Este debate foi muito intenso na Itália devido ao crescimento de sua economia frente à desaceleração generalizada das taxas de crescimento dos demais países no início da década de 1980.

O debate evoluiu entre abordagens que destacavam as especificidades da economia italiana, abordagens que entendiam tal crescimento como consequência da integração da Itália na Comunidade Européia (CE) e uma terceira que destaca o crescimento de mercados segmentados ou nichos, cuja estrutura produtiva requer maior flexibilidade em relação à lógica da economia de escala. Tal debate é acompanhado e fortalecido pela necessidade de redução do apoio direto à renda agrícola, uma vez que as experiências italianas mostraram a possibilidade de as famílias rurais obterem outras fontes de renda e se tornarem

<sup>1</sup>Cadastrado no SIGA NRP1381 e registrado no CCTC, IE-34/2006.

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Durante o curso de mestrado, especialmente ao longo da disciplina Economia Italiana e da monografia desenvolvida sob orientação do professor Guido Fabiani, na Itália, em 1990 e 1991.

menos dependentes da renda agrícola.

Este debate chegou ao Brasil há mais de dez anos. Tornou-se generalizado porque as inovações tecnológicas na agricultura continuam poupadoras de força de trabalho num momento em que a perspectiva de emprego urbano não é promissora. Além disso, as perspectivas da obtenção de renda através de *commodities* agrícolas são limitadas devido à tendência de queda em seus preços. Assim, há necessidade de gerar ocupação e renda para o elevado número de jovens que se somam aos já desempregados pelos baixos índices de crescimento da economia e pela aceleração das inovações tecnológicas.

A percepção de que há outras funções para as áreas rurais que não a produção agropecuária tornou necessária a superação da tradicional abordagem setorial dos processos de desenvolvimento local, exigindo uma visão das inter-relações dos diversos setores cuja unidade de análise passa a ser o território. Tal superação não se restringe em identificar outras práticas econômicas, políticas e culturais como importantes, mas requer a capacidade de perceber que a diversificação da economia constitui um elemento determinante de competitividade em si, concebida como resultado de um sistema social e econômico específico que é inventado, e constantemente reinventado, com a ativa participação dos atores locais.

De acordo com Saraceno (1998), economias de escala e de diversificação têm sido, conceitualmente, discutidas como alternativas estratégicas para grandes empresas multinacionais que tentam manter sua competitividade no mercado global, mas têm sido pouco discutidas como conceito territorial, aplicado para economias locais ou rurais. Segundo a mesma autora, está pouco explorada a relação que existe entre as economias de diversificação e o processo que tem conduzido ao incremento de competitividade (SARACENO, 1998, p. 89).

Uma pista apontada por Saraceno (1998) é que o desenvolvimento econômico e social endógeno, baseado na integração dos saberes e capacidades locais e nas trocas com o mercado e as tecnologias externas, é difícil de ser reproduzido em outros locais. Isso se deve à dificuldade de imitar um processo que se constitui numa forma única de integração com o mercado global. É essa integração que determina a competitividade, conceito considerado pela autora como central para comparar regiões e indústrias diferentes, cuja relevância é igual ou maior que a adoção de tecnologias específicas, tamanho, organização

ou setor de atividade.

Apesar de a autora cuidar para não extrapolar a experiência italiana para outras regiões, e não se considerar otimista, acredita na viabilidade do crescimento de certas atividades econômicas nos países emergentes que podem até competir com sucesso com algumas regiões mais avançadas, obtendo um percentual crescente no comércio internacional. Porém, essa afirmação merece ser devidamente ponderada, levando-se em conta dados sobre o comércio externo e sua tendência de crescer mais dentro dos blocos econômicos do que entre os blocos. Deve-se, ainda, considerar quais setores da economia se instalam predominantemente nos países emergentes, uma vez que esses países ligam-se mais ao consumo de massa. Quando integram cadeias de produtos relacionados a nichos ou a segmentos de mercado, deve-se avaliar, por um lado, qual percentual do valor agregado é internalizado nesses países. Isto é, deve-se ponderar em que medida as especificidades do caso da Itália, inserido no mercado da Comunidade Européia, não explicam grande parte de seu dinamismo. Por outro, Saraceno (1998) destaca aprendizados com as experiências européia e italiana bastante ricos.

O primeiro aprendizado refere-se à necessidade de se fazer uma leitura territorial na análise do desenvolvimento local, mais adequada para que se possa julgar a competitividade, as mudanças de longo prazo e as políticas. O segundo aprendizado refere-se a considerar a estrutura articulada de estabelecimentos rurais pequenos e médios ao lado dos grandes na perspectiva territorial como um fator estratégico de desenvolvimento das áreas rurais que beneficia a agricultura e permite a diversificação econômica e social (melhor recurso para o empreendedorismo).

O terceiro aprendizado refere-se ao reconhecimento de duas estratégias para alcançar uma competitividade regional: as economias de escala e as economias diversificadas. O quarto aprendizado refere-se ao fato de que cada uma dessas estratégias leva a um diferente padrão de integração externa com a economia global. Isso significa que as áreas especializadas privilegiam um setor ou um produto e visam um mercado de massa, enquanto áreas diversificadas privilegiam a identidade territorial, a cooperação e a solidariedade intersectoriais, têm múltiplas e extremas variáveis formas de integração externa e visam mercados segmentados ou nichos de mercado.

Nesse caso, cabe destacar que essas

áreas na Itália contam com a proximidade dos mercados consumidores de elevada renda e a tradição dos produtos regionais, contam ainda com o reconhecimento e a valorização de suas atividades artesanais em várias partes do mundo, especialmente aquelas com maior renda. Isto é, as experiências italianas contam com condicionantes externos que estão ausentes na maioria das regiões brasileiras onde se pretenda desenvolver as potencialidades locais (não que essa valorização não seja possível, mas depende de um esforço coletivo, seja através dos produtores, seja do Estado ou das organizações de educação formal e informal).

Tais aprendizados, portanto, devem ser analisados com cuidado e ponderações. Segundo a própria autora, na Itália ocorreu um processo de industrialização difusa no campo que praticamente resolveu o problema de renda das famílias, liberando a propriedade para outras funções. Isto é, existiam condicionantes locais e regionais para o sucesso do modelo de diversificação.

Saraceno (1998) defende as economias diversificadas por serem mais comuns e mais estáveis, apesar de menos dinâmicas. Esse é um aspecto importante para ser considerado no caso das economias emergentes, num período em que os recursos financeiros são caros e as taxas de crescimento da economia modestas. Nesse contexto, as funções, não especificamente agrícolas, da pequena propriedade devem ser objeto de reflexão dentro do contexto das economias emergentes, mas não sem que sejam bem pontuados os diferentes contextos em que podem se estabelecer. Pois se tem observado no Estado de São Paulo investimentos em atividades não agrícolas sendo disseminados sem as devidas ponderações. Como exemplo, aparecem os inúmeros pesque-pague que surgiram e não vingaram gerando não apenas desperdícios de recursos humanos, financeiros e ambientais, como também frustração com a idéia da diversificação (SEADE, 2004).

Saraceno (1998) define, assim, as modernas funções da pequena propriedade dada a redução da sua função de subsistência<sup>4</sup>. São as

<sup>4</sup>Nas áreas estagnadas onde a industrialização não ocorreu, o acesso a pequenas áreas, particularmente com propriedade ou posse, tem sustentado o crescimento da população em períodos em que a demanda por trabalho dos setores industriais e de serviços não está crescendo suficientemente rápido (SARACENO, 1998, p. 85). A Itália é um exemplo perfeito de uso social do setor agrícola por um longo tempo e isso pode ser um aprendizado útil em muitos países em desenvolvimento. Políticas que favorecem a aquisição de pequenas áreas por agricultores, em regiões dinâmicas, devem consolidar esse processo.

seguintes:

- local de moradia, reduzindo custos em relação à habitação urbana;
- manutenção de um estilo de vida;
- pequena renda **adicional**;
- organização da família como uma empresa, criando e difundindo habilidades e uma forte ética do trabalho<sup>5</sup>;
- fornecimento de força de trabalho;
- diversificação do mercado de trabalho;
- estruturação de um mercado de trabalho flexível;
- oferta e demanda de serviços;
- diversificação da produção;
- desenvolvimento de práticas cooperativas;
- criação de *links* entre diferentes setores da economia local; e
- freio ao processo de urbanização.

No caso italiano, a redução da função de subsistência permitiu o desenvolvimento das modernas funções da propriedade. No caso brasileiro, entretanto, querer utilizar as lições das experiências italianas em regiões não dinâmicas economicamente talvez recomende que se deva partir de raciocínio oposto, isto é, aprofundando sua função de subsistência, que possa fornecer uma estrutura - um porto seguro - para os períodos de desemprego seja sazonal ou não.

Essa inversão pode ser atribuída ao fato de que no contexto italiano existe um apoio do Estado que, mesmo em declínio, é muito superior ao existente nos países emergentes, além de que a valorização de produtos regionais italianos já está consolidada em quase todo o mundo. No caso do Brasil seria necessária a construção de um tipo de estabilidade para as famílias - que passa pela posse da terra e por sistemas que demandem baixos investimentos e garantam a estabilização das populações locais - e a valorização de produtos locais com estruturas de comercialização desenvolvidas para isso.

<sup>5</sup>Muitos observadores do fenômeno da industrialização difusa concordam que a pequena propriedade familiar, que tem que organizar seus membros como uma empresa e com poucos recursos, criou e difundiu habilidades empresariais e uma forte ética do trabalho, que parcialmente explica as origens sociais da industrialização difusa. Além disso, o tamanho insuficiente das propriedades estimula formas artesanais de pluriatividade que primeiro serve ao mercado local mas depois podem ser expandidas para distritos industriais e pequenas e médias empresas capazes de concorrer no mercado.

### 3 - CUIDADOS AO ADOPTAR MODELOS EXTERNOS AO PAÍS

Quase todas as análises focalizando o desenvolvimento local dos países do norte da Europa, que têm grande influência das políticas da União Européia, consideram a diversificação da economia local como um possível caminho para prover soluções alternativas ao declínio do setor agrícola sem cair indefinidamente numa política de assistência pública. Para Saraceno (1998), dentro do contexto dessas áreas rurais, ameaçadas pela situação econômica e pelo mercado global e, tendo perdido sua estrutura pré-industrial de ofícios artesãos e pequenas empresas, a oportunidade oferecida pelo modelo do distrito industrial de desenvolvimento parece inadequado e não factível. A atração ambiental, a gerência da paisagem, o desenvolvimento turístico e os serviços para a população rural têm sido a mais adequada resposta para a necessidade de reconstrução do tecido social e econômico que deixou de existir, não são, necessariamente, estratégias para a competitividade econômica mas, apenas para um degrau menor de dependência do suporte à agricultura e ao preço (SARACENO, 1998, p. 90).

Assim, o contexto em que se desenvolve o debate sobre diversificação das atividades dos estabelecimentos agrícolas na Comunidade Européia é muito diverso. Além do suporte do Estado, conta com o significativo mercado da CE cuja estrutura de consumo permite o desenvolvimento de vários tipos de serviços para a população rural e urbana. Não se pode desprezar, ainda, a proximidade entre centros urbanos e comunidades rurais e as distâncias entre países vizinhos.

Na Itália, especificamente, há casos bem sucedidos de distritos industriais (bem estudados, embora as prescrições de política não) e casos de sistemas de desenvolvimento diversificado (economias locais), menos estudados e onde não é clara a função das políticas. Saraceno (1998) acredita que a generalização da experiência italiana para outras regiões e locais dependerá do desenvolvimento da demanda segmentada e de nichos de mercado, elemento fundamental para definir o futuro das economias diversificadas (SARACENO, 1998, p. 91). Porém deve-se considerar que, mesmo se esse mercado se consolidar e prevalecer, ainda, deve-se ponderar que nos países em desenvolvimento a demanda é mais relacionada ao mercado de massa.

Nesse caso, além dos fatores que diferenciam o Brasil, já citados anteriormente, deve-se

considerar as facilidades encontradas para os produtos regionais europeus cujos atributos são conhecidos e foram disseminados e valorizados ao longo dos anos, tanto local como mundialmente. Deve-se destacar que o contexto em que se desenvolveram os distritos industriais na Itália e a diversificação foram também determinados por especificidades do país, da região e da época em que ocorreram. A integração da Itália no mercado comum constituiu-se em um fator certamente determinante do sucesso. A estrutura agrária preexistente e as distâncias entre os núcleos mais urbanizados possibilitaram a integração dos habitantes das áreas rurais nas atividades industriais e de serviços liberando-os da dependência da renda da propriedade rural. Segundo Saraceno (1998) os proprietários foram liberando-se das atividades que requisitavam trabalho diário (como o leite) e se integrando num sistema de cooperação e divisão de trabalho entre empresas dentro de um processo de reestruturação da cadeia agroalimentar que incluiu pequenos sistemas familiares, oferta de serviços e acesso difuso à tecnologia moderna. Isto é, houve um aprofundamento da divisão de trabalho nas propriedades agrícolas viabilizado pela pluriatividade e pela reestruturação da cadeia voltada a produtos regionais e sazonais.

Assim, conclui-se que não se deve fazer extrapolações simplistas a partir do debate europeu para o estabelecimento de uma proposta de política rural para o Brasil. Segundo a própria visão de Saraceno (1998), políticas adequadas para sustentar e favorecer tais processos novos estão ainda em fase exploratória. Nesse sentido, é relevante refletir sobre os aspectos da experiência européia<sup>6</sup>.

Saraceno (1998) acredita que as lições mais importantes fornecidas pelo caso italiano são de que as economias de escala e de diversificação estiveram presentes ao mesmo tempo e ao longo de todos os estágios de desenvolvimento. A simultaneidade desses dois aspectos e sua lógica dupla, longe de trazer conflitos, tem beneficiado tanto os grandes como os pequenos sistemas de produção italianos, e contribuíram notadamente para a diversificação do desenvolvimento.

<sup>6</sup>Na Europa, existem políticas codificadas para desenvolvimento local, que apontam mais para a sustentabilidade social que para a competitividade econômica. São bastante modestas em seu impacto sobre a capacidade de alcançar sucesso, porém, trabalhando melhor que as políticas clássicas (pólos de crescimento, realocação setorial, etc.) de desenvolvimento nas áreas em desvantagem (SARACENO, 1998, p. 91).

to local e o processo de “baixo para cima”. Nesse contexto, Saraceno (1998) pondera as diferenças da América Latina devido à sua excessiva concentração urbana, mas, mesmo assim, acredita na possibilidade de explorar economias diversificadas e formas mais variadas de integração desses sistemas de produção com a economia internacional. Essas políticas raramente foram perseguidas, portanto não podem ser avaliadas.

Dessa forma, a formulação de políticas de desenvolvimento rural, num país que tradicionalmente privilegiou o aumento de escala de produção como único caminho para o desenvolvimento rural, tem que buscar o conhecimento sobre a alternativa diversificação nas experiências internacionais, mas isso deve ser feito com cuidado de modo que se reconheçam as profundas diferenças existentes entre os cenários do

Norte e dos países do Sul.

A falta de reflexão sobre os diferentes aspectos das economias impregna o debate de conceitos vazios. Por exemplo, as desigualdades regionais e sociais estão citadas em uma profusão de documentos em todas as áreas, mas raramente há clareza sobre qual desigualdade regional que se quer reduzir, se não for a própria desigualdade social. Isso porque a preocupação em reduzir desigualdades regionais esteve impregnada de um modelo de desenvolvimento unilinear que se acredita superado, especialmente nas abordagens que privilegiam a diversificação. Saraceno (1998) chega, inclusive, a pensar em aprofundar desigualdades regionais e desenvolver um tipo de competitividade que potencialize as especificidades locais sendo difícil de ser reproduzida em outros locais.

## LITERATURA CITADA

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE E DADOS - SEADE. **Estudos de mercado de trabalho como subsídios para a reforma da educação profissional no estado de São Paulo, dezembro de 2003**. São Paulo, jan. 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sensor\\_rural.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sensor_rural.pdf)>.

PETTI, R. H. V. O debate italiano sobre agricultura em tempo parcial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal, RN. **Anais...** Brasília: SOBER, 1997. CD.

SARACENO, E. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an European experience. **Política Agrícola**, México, n. esp., p. 71-104, 1998.

### **DIVERSIFICAÇÃO:**

#### ***busca da estabilização de populações locais ou do dinamismo econômico?***

**RESUMO:** O artigo discute importantes contribuições que o modelo de desenvolvimento diversificado italiano pode trazer para uma política de desenvolvimento regional e alerta para os cuidados que se deve ter para os aspectos que o diferenciam do contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** modelo de desenvolvimento diversificado, regionalização.

### **IS DIVERSIFICATION SEEKING TO STABILIZE LOCAL POPULATIONS OR TO THE ECONOMIC DYNAMISM?**

**ABSTRACT:** The article discusses major contributions that the Italian diversified development model can bring to a regional development policy. It also alerts to the need of taking special care with the aspects that differentiate it from the Brazilian model.

**Key-words:** model of diversified development, regionalization.

---

Recebido em 15/05/2006. Liberado para publicação 10/07/2006.